

Resultado Fiscal Estrutural 2023 e prévia de 2024

Janeiro 2025

Resultado Fiscal Estrutural

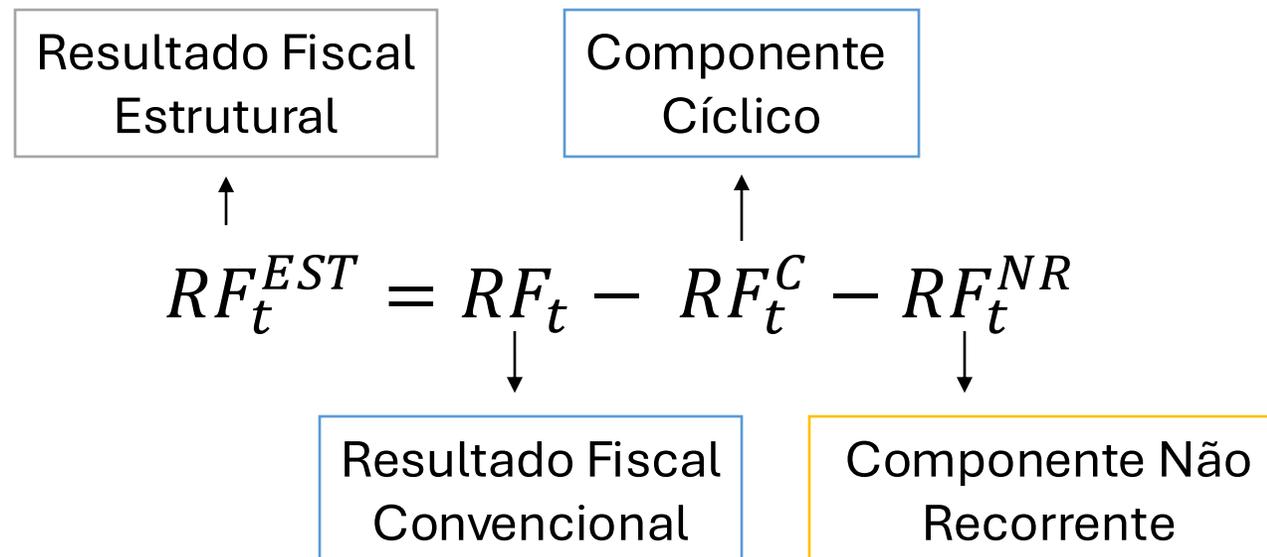
2023 e prévia 2024

- O que é o Resultado Fiscal Estrutural (RFE)?
- Inovações metodológicas no RFE da SPE
- Resultados RFE
- Metodologia alternativa: RFE utilizando o hiato do produto nominal
- Metodologia alternativa: RFE considerando as compensações atípicas

O que é o Resultado Fiscal Estrutural (RFE)?

O que é o Resultado Fiscal Estrutural (RFE)?

- **Definição:** é o resultado primário convencional livre de influências transitórias, isto é, trata-se do resultado fiscal que seria observado com o Produto Interno Bruto (PIB) no nível potencial, preço de petróleo e do minério de ferro igual ao valor de equilíbrio de longo prazo, assim como ausência de receitas e despesas não recorrentes.



O que é o Resultado Fiscal Estrutural (RFE)?

- **Para que serve o indicador:**
 - O indicador procura medir o esforço discricionário e recorrente do setor público consolidado para se alcançar a solvência de longo prazo do país.
 - Um componente do RFE, o resultado fiscal ajustado ao ciclo, permite avaliar, frente ao hiato do produto em (t-1), a postura da política fiscal quanto ao impulso sobre a demanda agregada.

Inovações metodológicas

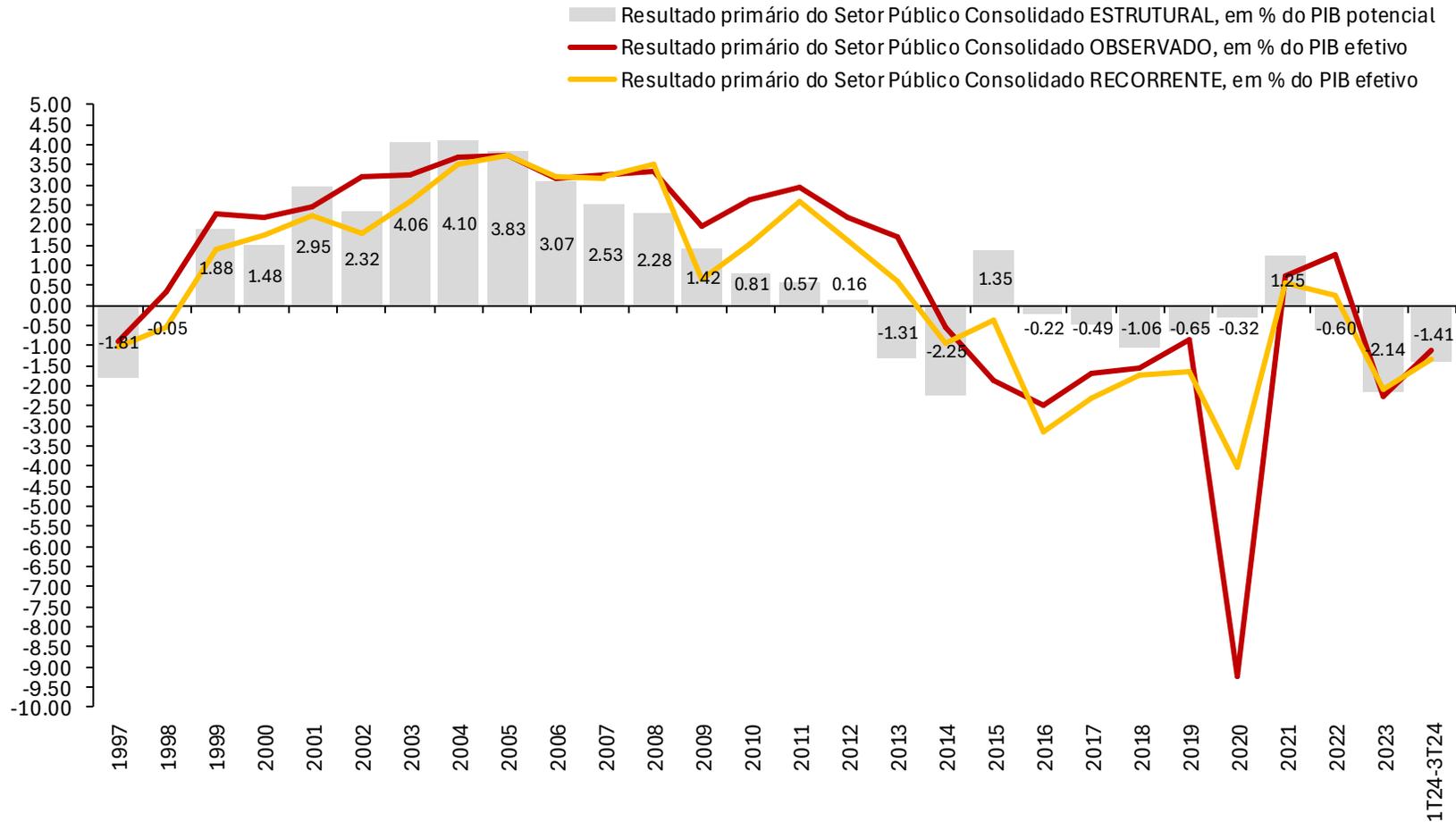
- **Função de Produção Ampliada:** estimação do PIB potencial e hiato do produto
 - Incorporação de novos fatores (insumos), aproximando-se de recomendações mais recentes de diversas instituições, como o Fundo Monetário Internacional – FMI (Gardes-Landolfini *et al.*, 2024). Para além de capital físico (ajustado por uma medida de grau de utilização de capacidade instalada) e mão-de-obra em termos quantitativos, tem-se:
 - *Indicador de Capital Humano (IBRE/FGV)*
 - *Área Colhida das Lavouras Brasileiras (IBGE)*
 - *Consumo de Energia: Eletricidade e Combustíveis (Empresa de Pesquisa Energética)*
 - *Volume de Precipitações (Chuvas) em território nacional: **serviços ecossistêmicos;***
- **Hiato de Inflação:** visa captação mais completa do efeito do ciclo econômico sobre as variáveis fiscais, em especial, as receitas, evitando caracterizar como “estrutural” parte dos movimentos das receitas tributárias decorrentes meramente de oscilações temporárias de preços absolutos e relativos;

- **Revisão de Eventos Fiscais não-Recorrentes:** definição mais apurada dos eventos não recorrentes e estruturais;
- **Compensações Tributárias:** cálculo complementar, explicitando o impacto do excesso de compensações tributárias sobre os resultados fiscais (que estão muito acima dos padrões históricos desde meados de 2019, mas que tendem a se exaurir nos próximos anos, à medida que o passivo fiscal gerado pela “tese do século” seja totalmente quitado).
- **Elasticidades Receita-PIB, Receita-Preço de Petróleo e Receita-Preço de Minério de Ferro:**
 - Elasticidades estimadas em termos de taxas de variação interanual;
 - Variáveis de controle para obtenção de elasticidades mais precisas:
 - Gastos Tributários Federais e Estaduais;
 - Participação do PIB Agro e do PIB Outros Serviços;
 - Extração de petróleo e gás natural em volume;
 - Preço médio de tarifas de eletricidade.

Resultados RFE

Evolução do Resultado Primário Observado, Recorrente e Estrutural do Setor Público Consolidado não financeiro (% PIB efetivo e potencial) (1997-2024*), Brasil

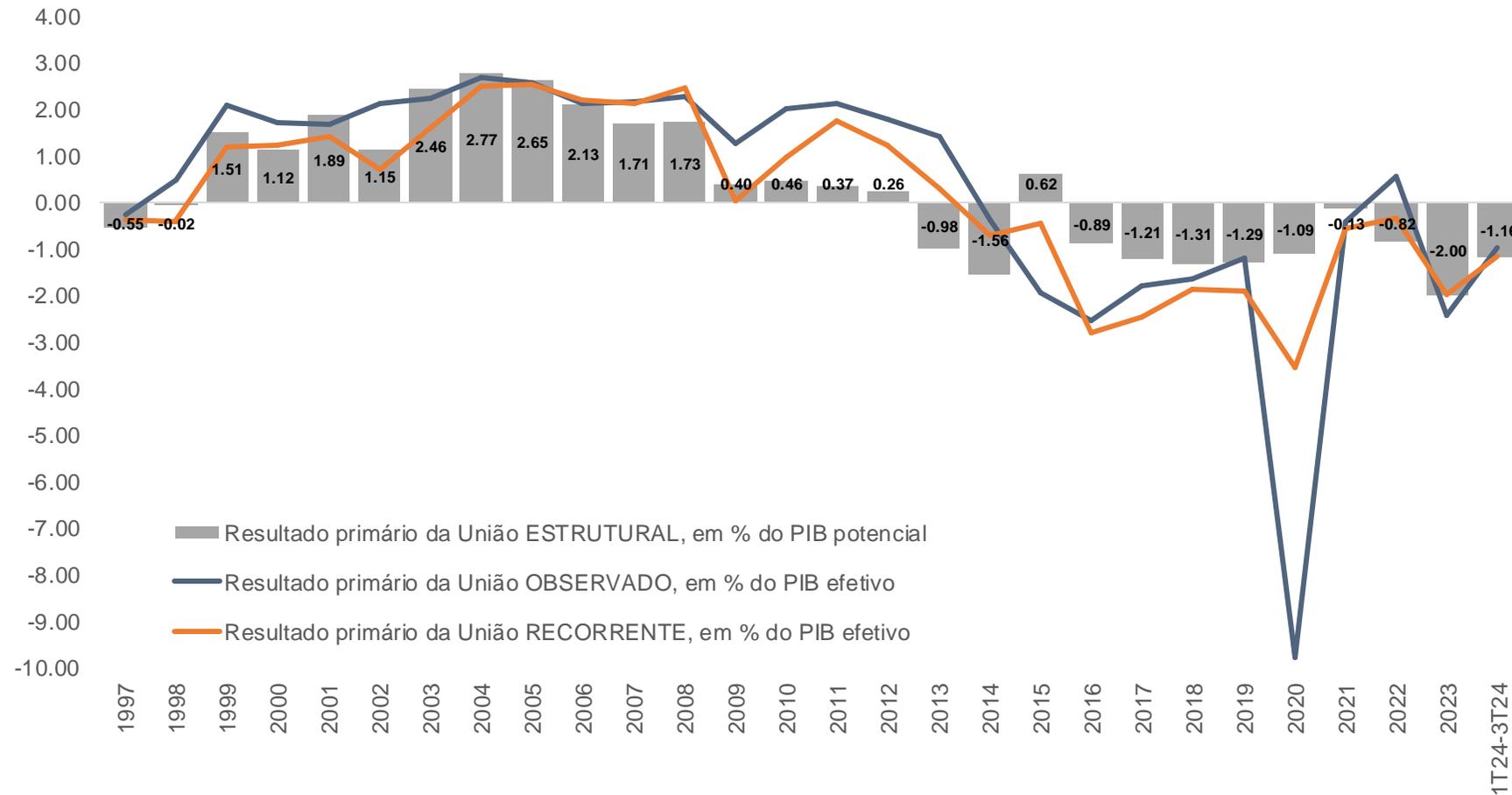
Quanto aos anos recentes, considerando o período entre 2016 e 2024, o Setor Público Consolidado apresentou superávit fiscal estrutural apenas em 2021, inteiramente devido ao resultado dos governos subnacionais.



*2024=1T24-3T24, com ajuste sazonal.

Evolução do Resultado Primário Observado, Recorrente e Estrutural do Governo Central (% PIB efetivo e potencial) (1997-2024*), Brasil

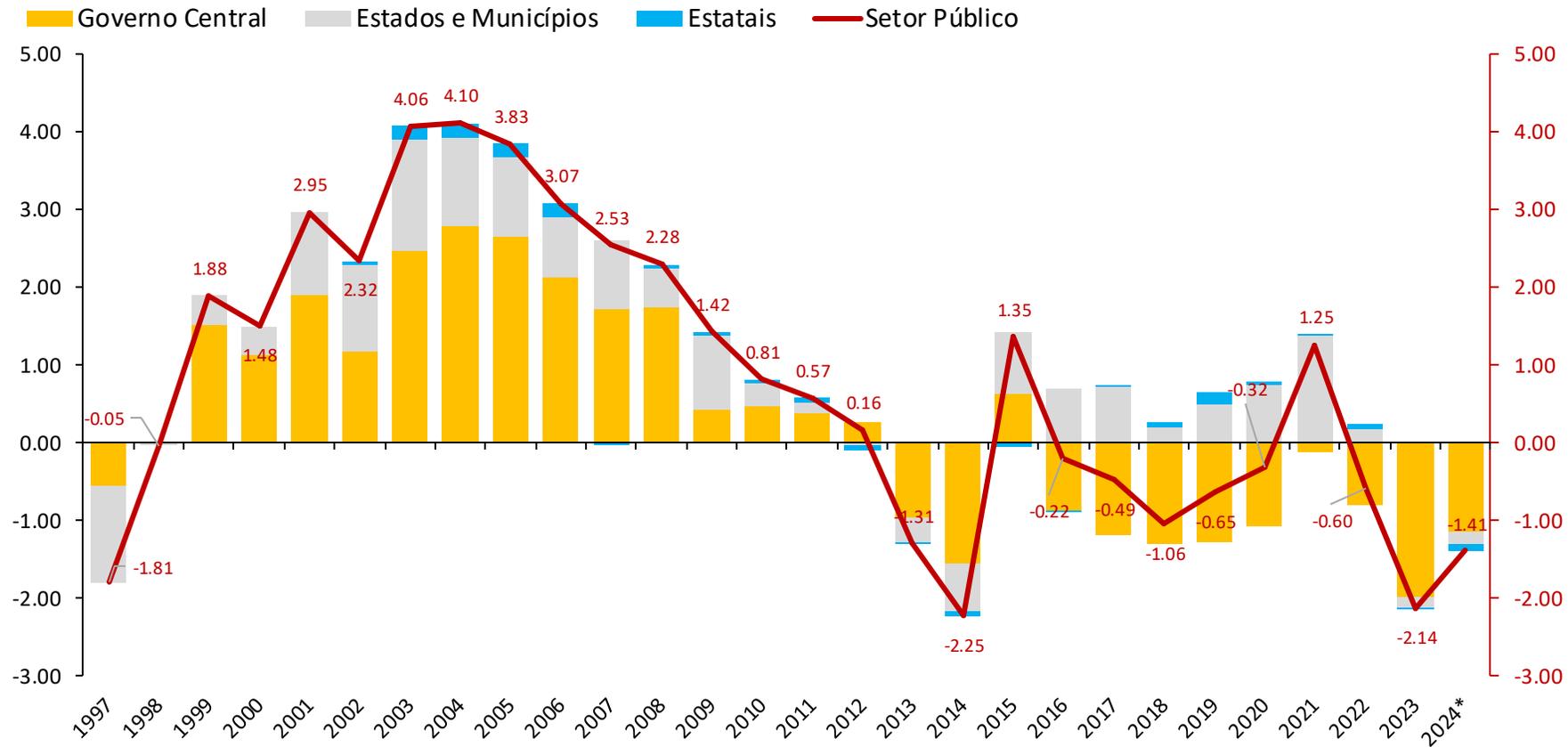
O Governo Central apresenta déficit estrutural desde 2016, inclusive em 2021; com ampliação do déficit em 2022 e 2023 e recuperação parcial no sentido de consolidação na prévia de 2024.



*2024=1T24-3T24, com ajuste sazonal.

Decomposição do Resultado Fiscal Estrutural do Setor Público Consolidado por ente (%) (2002-2024*), Brasil

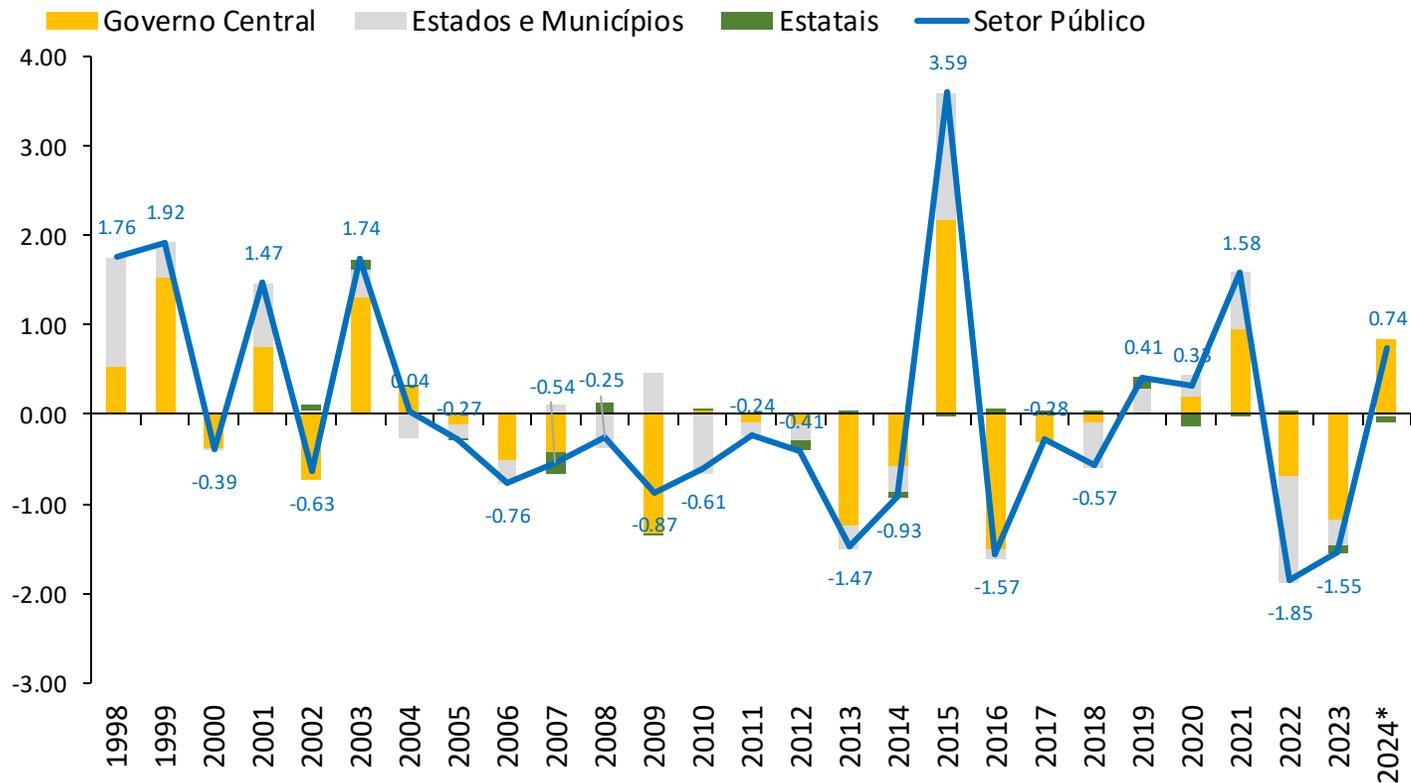
De 2015 a 2022: Estados e Municípios (Governos Regionais) e Estatais (esse com pequena contribuição histórica) passam a apresentar RFE positivo, contrabalançando o RFE negativo do Governo Central em todos os anos. Processo é revertido em 2023-24;



*2024=1T24-3T24, com ajuste sazonal.

Decomposição da variação do Resultado Fiscal Estrutural do Setor Público consolidado, por ente, (em p.p. do PIB potencial), (1998-2024*), Brasil

O RFE prévio para o GC de 2024 indica orientação de consolidação fiscal estrutural neste ano, recuperando, até o momento, 71% da deterioração estrutural observada no ano anterior; o esforço fiscal positivo empreendido em 2024 é exclusivo do Governo Central.

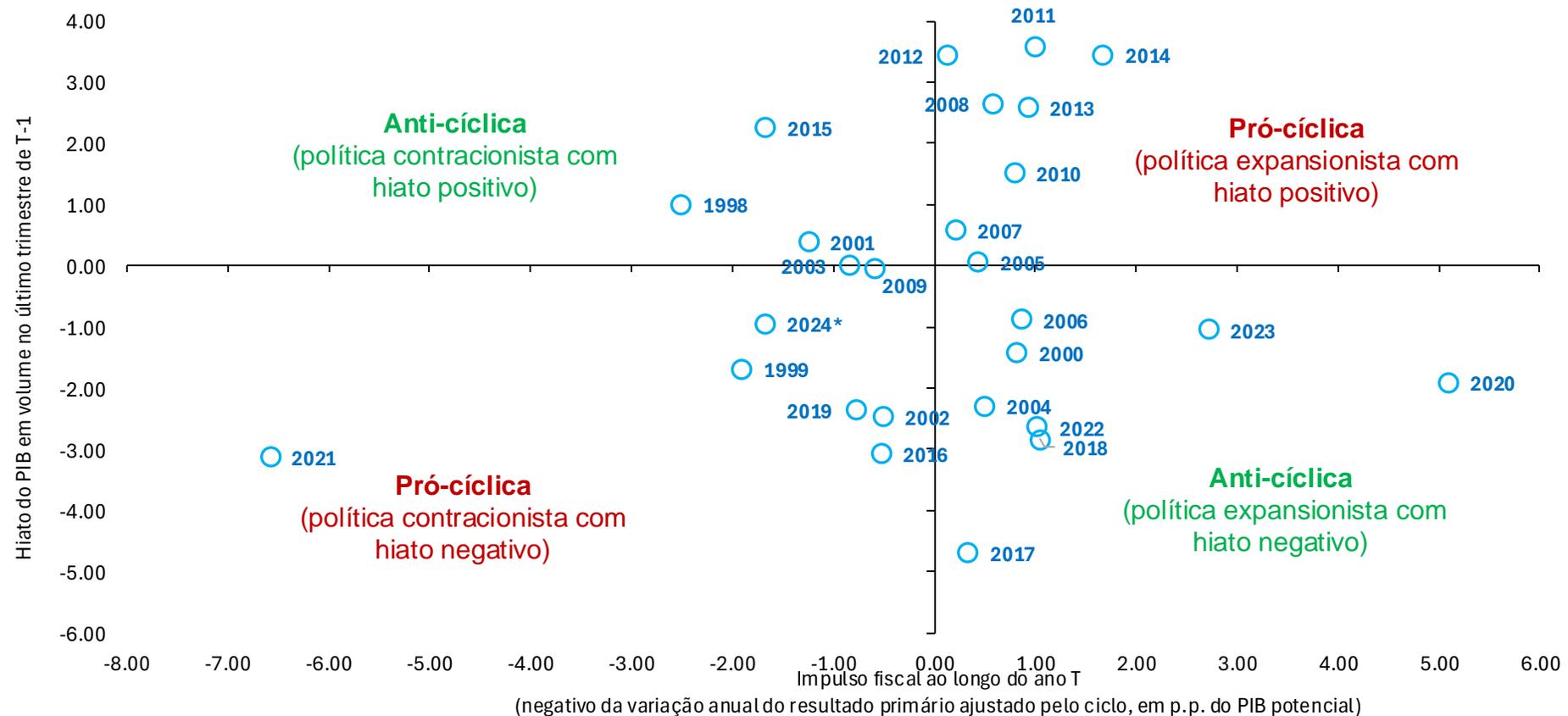


Variação do Resultado Fiscal Estrutural: $\Delta RFE_t = RFE_t - RFE_{t-1}$	Resultado Fiscal Estrutural	Esforço fiscal estrutural	Condições de solvência das contas do Setor Público consolidado
$(\Delta RFE_t = RFE_t - RFE_{t-1}) > 0$	Crescimento $RFE_t - RFE_{t-1} \therefore \uparrow RFE$	Positivo	Melhora nas condições de solvência das contas do Setor Público consolidado
$(\Delta RFE_t = RFE_t - RFE_{t-1}) < 0$	Redução $RFE_t - RFE_{t-1} \therefore \downarrow RFE$	Negativo	Piora nas condições de solvência das contas do Setor Público consolidado
$(\Delta RFE_t = RFE_t - RFE_{t-1}) = 0$	Neutro $RFE_t - RFE_{t-1} \therefore RFE = 0$	Neutro	Não houve mudanças nas condições de solvência das contas do Setor Público consolidado

*2024=1T24-3T24, com ajuste sazonal.

Postura da política fiscal do Governo Geral com relação ao ciclo econômico (1998-2024*), Brasil

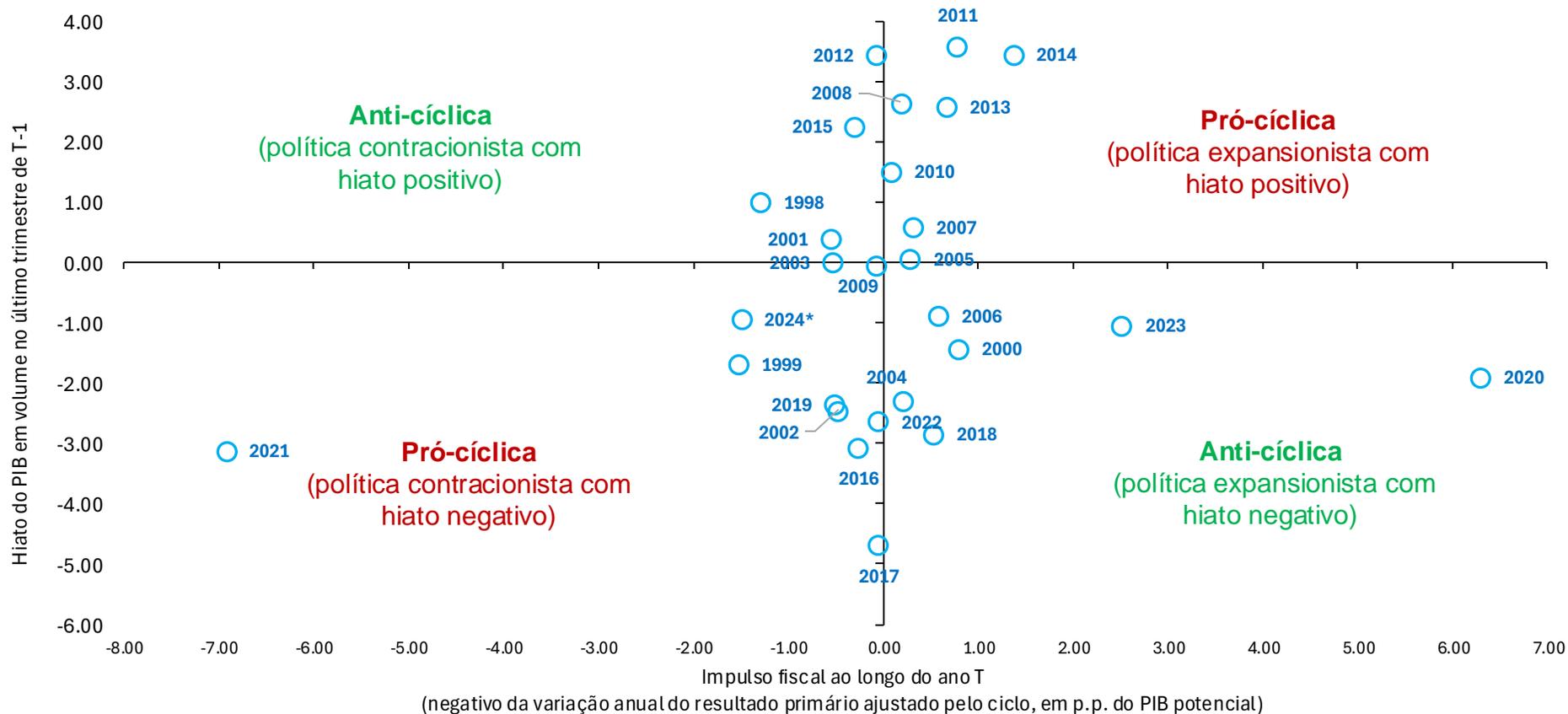
Em 2023, a política fiscal do GG teve postura contracíclica quanto à demanda agregada; e, em 2024, pró-cíclica.



*2024=1T24-3T24, com ajuste sazonal.

Postura da política fiscal do Governo Central com relação ao ciclo econômico (1998-2024*), Brasil

A pró-ciclicidade de 2024 reflete a opção discricionária de política fiscal pró-consolidação estrutural do GC, o que é importante para a recuperação do RFE após a PEC da transição. O crescimento econômico que tem sido observado em 2024 deve-se a outros fatores que não o impulso fiscal, já que o impulso foi contracionista.

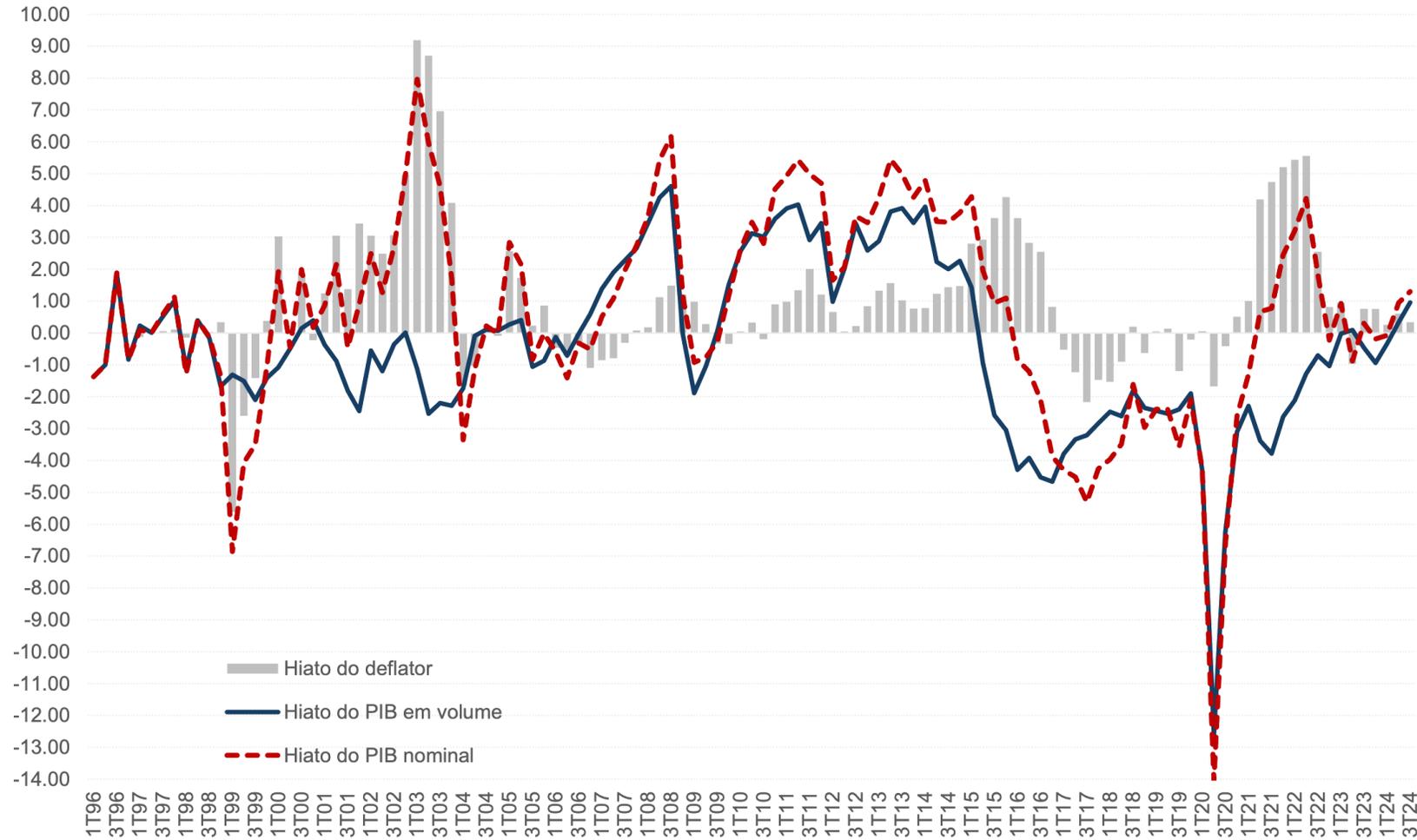


*2024=1T24-3T24, com ajuste sazonal.

Metodologia alternativa: RFE utilizando o hiato do produto nominal

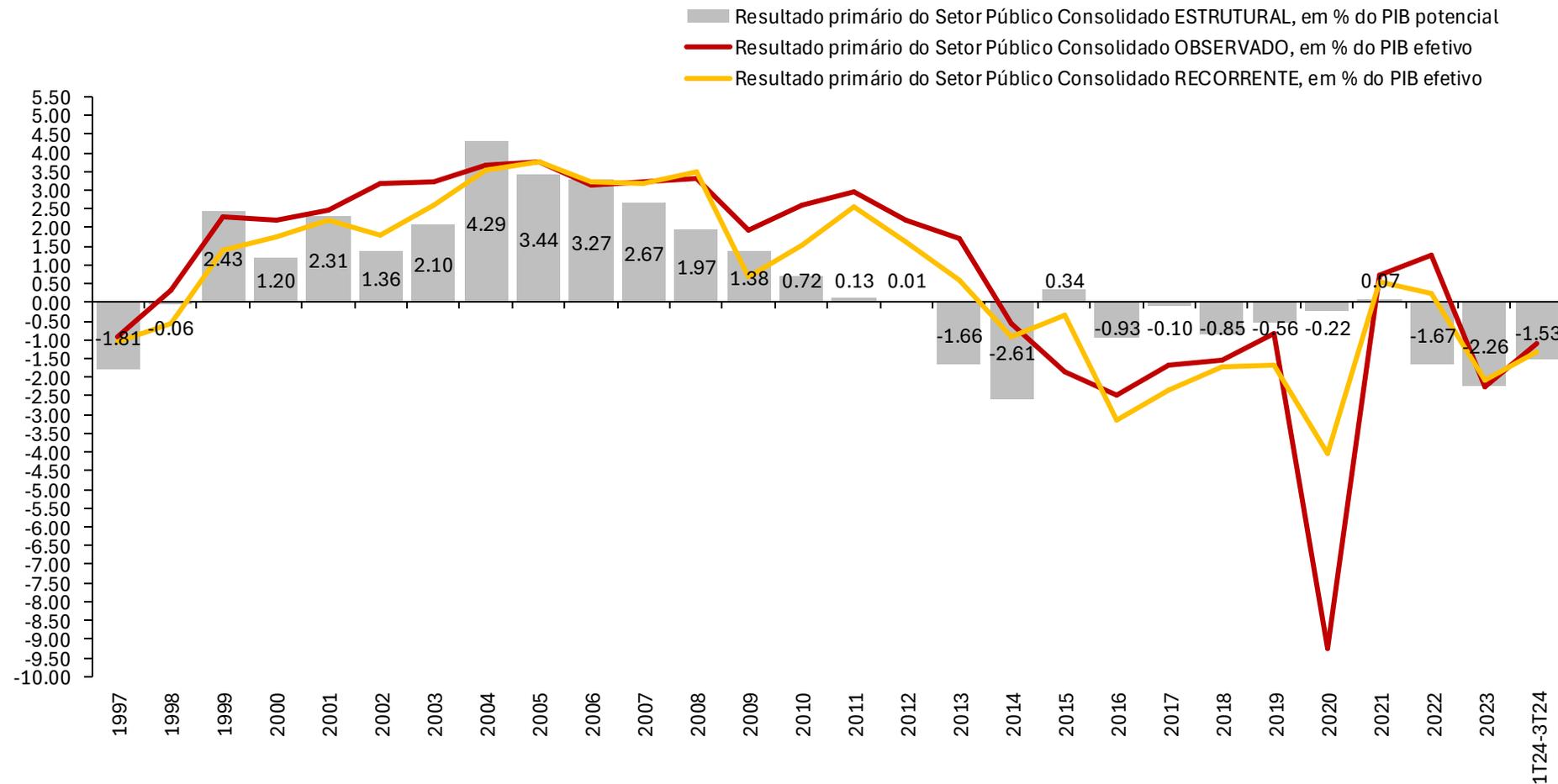
Hiato do PIB em volume, hiato do deflator do PIB e hiato do PIB nominal, em p.p., Brasil

Anos de maior descolamento do hiato do PIB em volume com o hiato do deflator: 2001/03, 2015/16 e 2021/22.



Metodologia com Hiato Nominal: Evolução do Resultado Primário Observado, Recorrente e Estrutural do Setor Público Consolidado não financeiro (% do PIB efetivo e potencial) (1997-2004*), Brasil

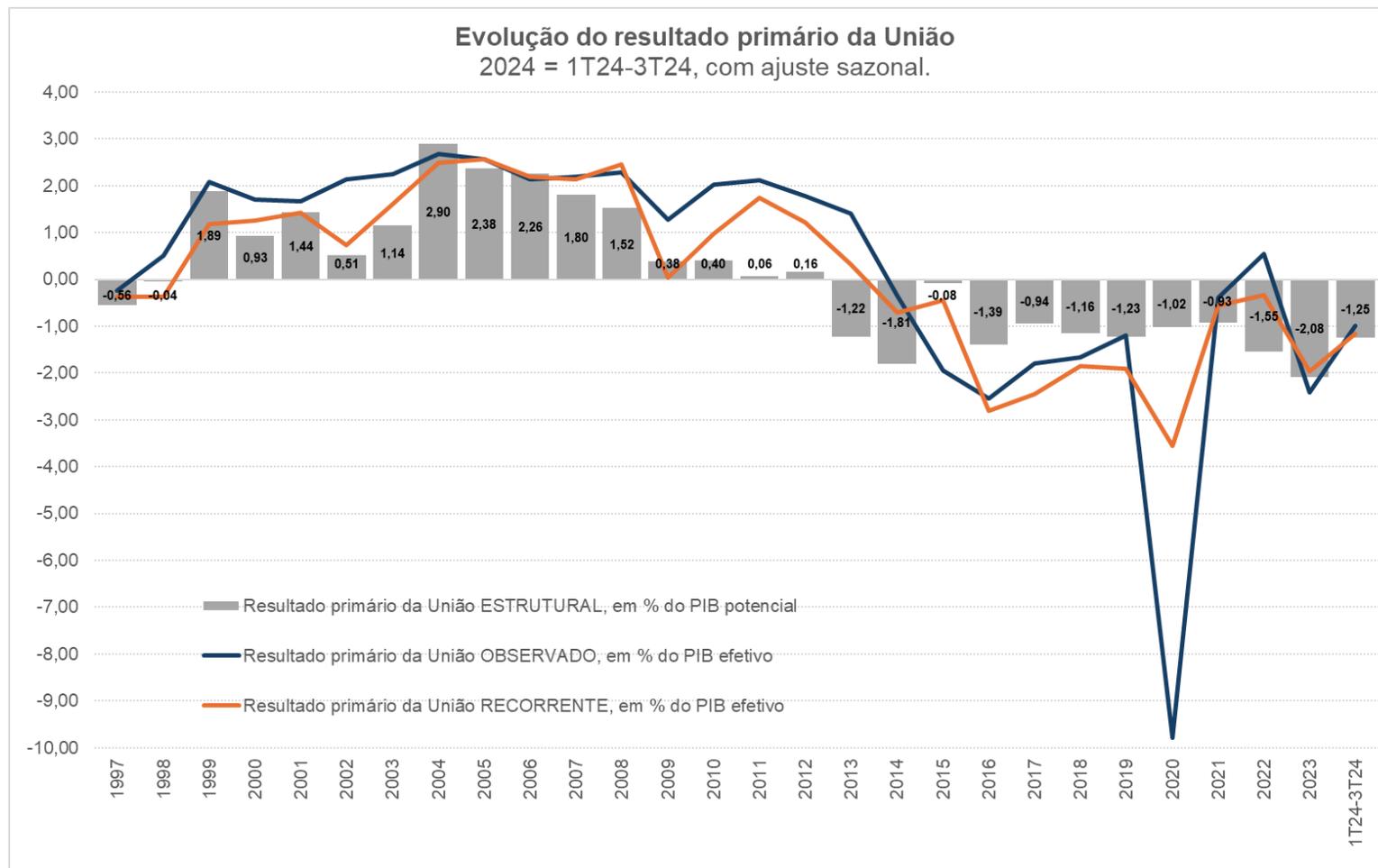
Nos anos em que a inflação se situou muito acima das metas, a arrecadação nominal foi impulsionada, sem, no entanto, afetar as despesas primárias de forma concomitante – melhorando os resultados fiscais nesses anos sem que isso tenha representado um esforço fiscal discricionário propriamente dito.



*2024=1T24-3T24, com ajuste sazonal.

Metodologia com Hiato Nominal: Evolução do Resultado Primário Observado, Recorrente e Estrutural do Governo Central (% do PIB efetivo e potencial) (1997-2024*), Brasil

Para anos em que a inflação se desvia consideravelmente da meta, a estimativa usual do RFE, que não considera esse desvio, estaria inflada pelo efeito inflacionário nas receitas, que não é estrutural.

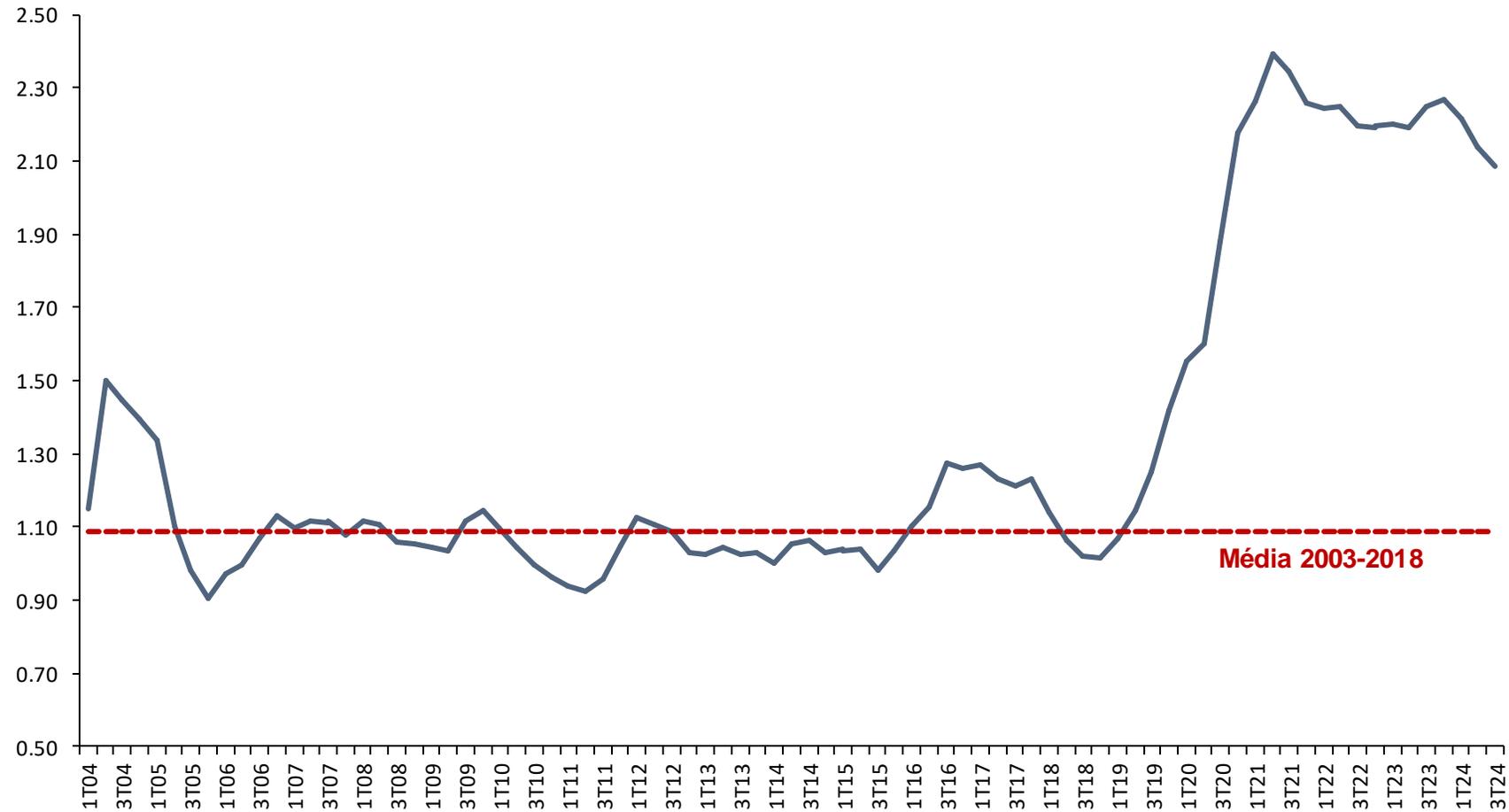


*2024=1T24-3T24, com ajuste sazonal.

Metodologia alternativa: RFE considerando as compensações atípicas

Compensações tributárias federais, acumulado em 12 meses, em % do PIB, *última leitura: set/24, Brasil

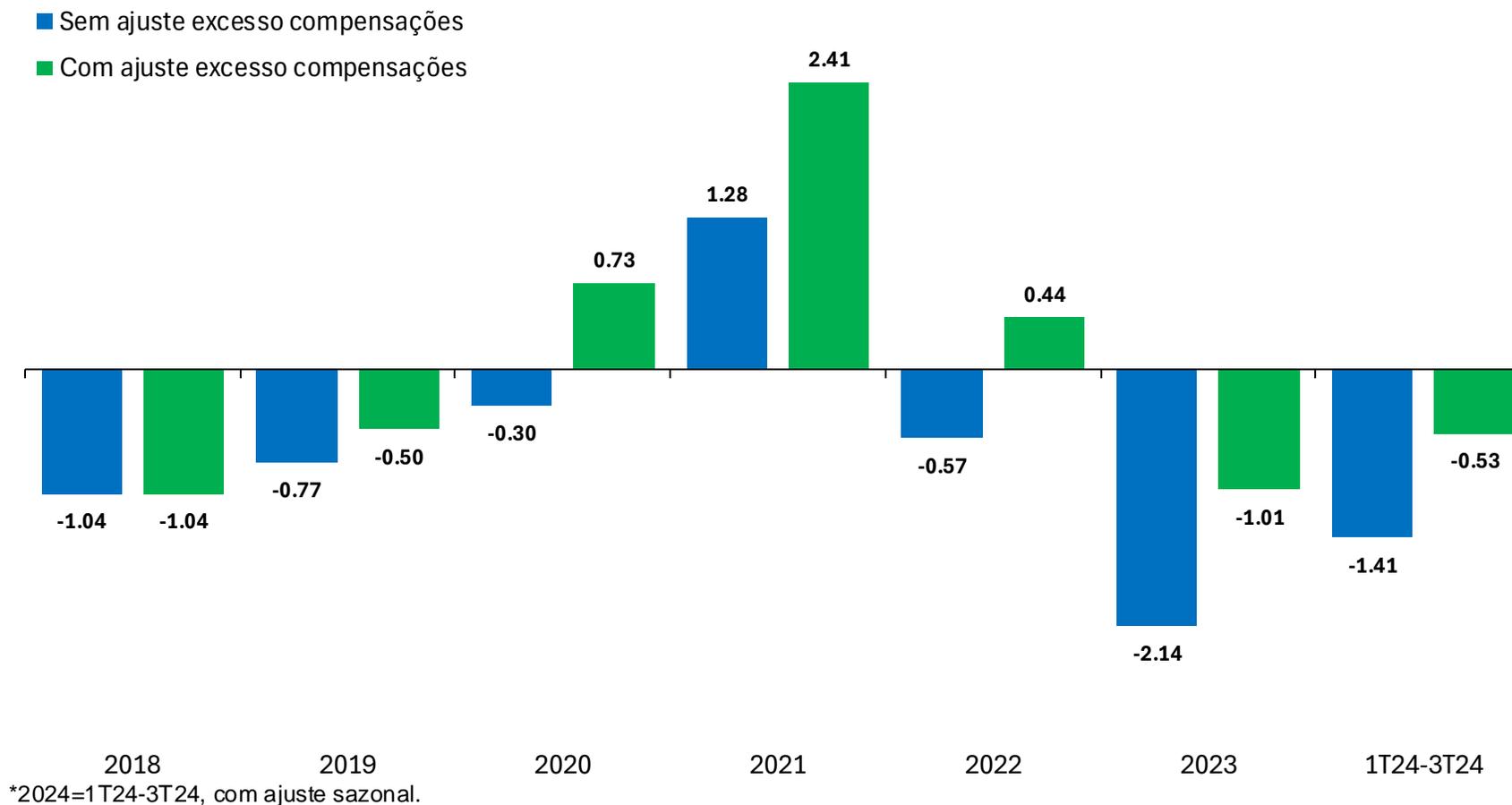
O volume de compensações tributárias federais – isto é, os valores de créditos fiscais que as empresas podem abater do montante de tributos a recolher – praticamente dobrou de meados de 2019 em diante ante o nível observado entre 2004 e 2018, em % do PIB.



Fonte: Subsecretaria de Política Fiscal

Metodologia considerando as compensações tributárias atípicas: RFE do Setor Público Consolidado não financeiro, sem ajuste pelo hiato do deflator do PIB, em % do PIB potencial, Brasil

As diferenças estimadas mostram desvios entre os indicadores de aprox. 1p.p. do PIB potencial nos últimos anos, isto é, o déficit fiscal estrutural estaria em torno de 1p.p. menor caso esse excesso de compensações tributárias fosse considerado como não recorrente ou atípico, que é o que deve acontecer quando o estoque dessas compensações de posse das empresas se esgotar.





Ministério da Fazenda

Para maiores informações acesse o site da Secretaria de Política Econômica:
www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe

